

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Agosto/2025

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'N14', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Compreender que há vantagens e desvantagens em tudo
facilita as escolhas.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C ○ D ○ E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas, ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto seguinte.

O estranho ofício de escrever

*Éramos três condenados a escrever uma crônica diária em jornal: Rubem Braga no **Diário de Notícias**, Paulo Mendes Campos no **Diário Carioca** e eu no **O Jornal**. Um dia, numa hora de aperto, o Rubem perdeu a cerimônia: – Será que você não teria aí uma crônica pequeninha para me emprestar? Procurei uma e lhe cedi uma que talvez servisse.*

Tempos depois chegou a minha vez, e perguntei ao Rubem se não tinha uma crônica usada para servir este seu amigo. Pois não é que ele me passou a crônica que eu lhe havia cedido? Sou pobre, mas não sou soberbo. Ajeitei a crônica como pude, toquei-lhe uns remendos.

De toda crônica que publiquei na vida, houve sempre um leitor para achar que era a melhor e outro a pior que já escrevi. Nunca me esqueci do dia em que o Carlos Castello Branco me disse: – Eu, se fosse você, parava um pouco. Essa sua última crônica estava de amargar.

Parei dois anos por causa disso.

Quando recomecei, vez por outra recauchutava um escrito antigo, à falta de coisa melhor. Até que chegou o dia em que no meu estoque não restava senão uma, jamais republicada – justamente aquela que o Castellinho havia estigmatizado com seu implacável juízo crítico. Pois não é que veio ele me dizer, efusivo, a propósito da mesmíssima crônica: – É das melhores coisas que você já escreveu.

Havia-se esquecido, o mandrião. E por causa dele eu passara dois anos no estaleiro.

Quando lhe acusei a contradição, ele não se perturbou: – Agora achei boa. Ou a crônica melhorou, ou eu é que piorei.

(Adaptado de: MASSI, Augusto (org.) SABINO, Fernando. **Os sabiás da crônica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 151-152)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *Quando lhe acusei a contradição* (7º parágrafo) = tão logo lhe fiz ver sua discrepância.
- (B) *Havia-se esquecido, o mandrião* (6º parágrafo) = dissimulava, o desatento.
- (C) *Sou pobre, mas não sou soberbo* (2º parágrafo) = tenho humildade, apesar da imodéstia.
- (D) *toquei-lhe uns remendos* (2º parágrafo) = aperfeiçoei uns traços seus.
- (E) *vez por outra recauchutava um escrito antigo* (5º parágrafo) = aqui e ali aprimorava um texto memorável.

-
2. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) É comum haverem no mundo das crônicas de jornal hábitos de trocas de autorias que não podem leitor nenhum desconfiar.
 - (B) Não cabem aos cronistas amigos recusar essa troca de crônicas quando lhes falte a inspiração de textos criativos.
 - (C) São de se supor que os cronistas dediquem-se sempre a escrever textos originais, eximindo-se de repeti-los.
 - (D) Inclui-se entre os hábitos dos cronistas camaradas a possibilidade de virem a se valer de um banco comum de crônicas.
 - (E) Veem-se nas reações espantadas de Sabino o inconformismo diante das ambivalências do seu amigo Castellinho.
-
3. Fernando Sabino problematiza nesta crônica a recepção dos leitores e a questão do sempre discutível **gosto literário**, tal como se pode depreender deste enunciado:
- (A) *recauchutava um escrito antigo, à falta de coisa melhor* (5º parágrafo).
 - (B) *havia estigmatizado com seu implacável juízo crítico* (5º parágrafo).
 - (C) *condenados a escrever uma crônica diária em jornal* (1º parágrafo).
 - (D) *perguntei ao Rubem se não tinha uma crônica usada* (2º parágrafo).
 - (E) *Ajeitei a crônica como pude, toquei-lhe uns remendos* (2º parágrafo).
-



4. **Naquele dia Carlos Castello Branco me disse: – Eu, se fosse você, parava um pouco, porque essa sua última crônica está de amargar.**

Transpondo-se o texto acima para o discurso **indireto**, ele deverá ficar: **Carlos Castello Branco me disse, naquele dia, que,**

- (A) no lugar dele, devia parar um pouco, já que aquela sua última crônica estava de amargar.
(B) mesmo que eu fosse você, deveria parar um pouco, estando de amargar esta minha última crônica.
(C) fosse eu, você devia parar um pouco, porque esta última crônica é de amargar.
(D) no seu caso, pararia um pouco, fosse sua essa sua última crônica de amargar.
(E) se fosse eu, ele pararia um pouco, porque aquela minha última crônica estava de amargar.
-
5. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O correto julgamento crítico ao qual muitos se arvoram não é tão comum sequer entre os escritores.
(B) Os equívocos de julgamento em cujos muitos são vítimas podem comprometer uma carreira.
(C) Os amigos cronistas trocavam crônicas de cuja falsa autoria, no entanto, nenhum leitor poderia suspeitar.
(D) Os reparos críticos de que Castellinho aplicou à crônica de Sabino chegaram a abalar seu autor.
(E) O paradoxo de julgamento com o qual seu amigo Castellinho incorreu foi bem lembrado por Sabino.
-

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 9, baseie-se no texto abaixo.

A longa caminhada do nosso cérebro

Ao longo de milhões de anos de caminhada aleatória, a evolução natural no planeta Terra costurou uma rede tridimensional, composta de feixes, folhas e bobinas de substância branca neural. Conduzindo e acelerando cargas eletrobiológicas diminutas, geradas por dezenas de bilhões de neurônios, esse arcabouço orgânico pariu um tipo de interação eletromagnética única, a qual dotou o cérebro de primatas de um precioso presente: o seu próprio ponto de vista.

De dentro da sinfonia recursiva e imprevisível produzida por esse computador orgânico analógico-digital, o cérebro nosso emergiu e dominou com requintes de virtuosidade o mecanismo biológico essencial da vida, que consiste em dissipar energias inúteis para embutir informações ricas em significado na própria carne.

A partir dessa receita de sobrevivência, nosso cérebro fez muito mais que simplesmente viver: ele construiu o universo humano usando a sopa de informação potencial generosamente oferecida pelo cosmos. Esse trabalho hercúleo só foi possível devido ao acúmulo cada vez maior de informação útil, de modo a que nosso cérebro desse acesso a formas de conhecimento, tecnologias, linguagens, interações sociais e construção da nossa realidade.

O que o futuro reserva para tanto trabalho cerebral? Autoaniquilação, uma nova espécie humana feita de zumbis biológicos digitais, ou o ansiado triunfo perene da condição humana? Seja qual for o destino reservado para essa trabalhosa jornada, certamente não haverá máquina capaz de superar as mais íntimas e dodivanas alegorias criadas por nosso cérebro. Muito menos de substituir o espantoso universo que ele criou.

(Adaptado de: NICOLELIS, Miguel. **O Verdadeiro Criador de Tudo**. São Paulo: Planeta, 2020, p. 373-374)

6. Atentando-se para seu sentido no contexto, o segmento
- (A) *sopa de informação potencial* (3º parágrafo) fala da perturbação provocada pelo caos que nos cerca.
 - (B) *o ansiado triunfo perene* (4º parágrafo) trata da previsão de uma glória incidental.
 - (C) *o seu próprio ponto de vista* (1º parágrafo) refere-se ao conhecimento intuitivo que temos uns dos outros.
 - (D) *sinfonia recursiva e imprevisível* (2º parágrafo) expressa a consonância recorrente e surpreendente dos componentes cerebrais.
 - (E) *mecanismo biológico essencial da vida* (2º parágrafo) traduz o aproveitamento de informações aleatórias.
-
7. Ao contrário do modo como operam as máquinas, nosso cérebro resguarda em si mesmo uma dimensão subjetiva, tal como expressamente entende o autor quando se refere à
- (A) possibilidade de constituirmos uma agremiação de zumbis biológicos.
 - (B) criação de figuras imaginosas e simbólicas.
 - (C) aceleração das cargas eletrobiológicas diminutas.
 - (D) virtuosidade com que é defendido o mecanismo biológico da vida.
 - (E) disposição de informações a serem recolhidas do cosmos.



8. **Chegará o dia em que haveremos de compor uma horda de zumbis a que venha a faltar uma real criatividade?**

Uma adequada articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima persistirá caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) chega – compuséssemos – faltasse
- (B) terá chegado – teríamos composto – faltaria
- (C) chegou – houvermos de compor – faltara
- (D) teria chegado – houvéssemos de compor – viesse a faltar
- (E) chegaria – comporemos – tivesse faltado

9. Considere as seguintes orações:

- I. Nosso cérebro se formou ao longo de milhões de anos.
- II. Nosso cérebro gerou bilhões de neurônios.
- III. Nosso cérebro nos dotou de um ponto de vista.

Essas orações organizam-se com correção e coerência neste período único:

- (A) Nosso cérebro, que nos dotou de um ponto de vista, formou-se ao longo de milhões de anos, gerando bilhões de neurônios.
- (B) Mesmo sendo dotado de um cérebro com bilhões de neurônios, nosso ponto de vista foi formado em milhões de anos.
- (C) Em que pese haver se formado ao longo de milhões de anos, nosso cérebro nos dotou de bilhões de anos com um ponto de vista.
- (D) Dotados de um ponto de vista ao longo de milhões de anos, nosso cérebro facultou-nos o uso de bilhões de neurônios.
- (E) Ao gerar bilhões de neurônios, formados ao longo de muitos milênios, nosso ponto de vista foi dotado de um cérebro.

Raciocínio Lógico-Matemático

10. Em uma aula de dança formam-se duplas em que exatamente $\frac{1}{3}$ dos rapazes estão com moças e exatamente metade das moças estão com rapazes. Se há 12 rapazes, o número total de alunos dessa aula é

- (A) 21.
- (B) 18.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 20.

-
11. Alguns números naturais distintos entre si e maiores do que 1 foram escritos na lousa. O produto dos menores é 8 e o produto dos maiores é 45. A soma dos números escritos na lousa é
- (A) 42.
 - (B) 17.
 - (C) 43.
 - (D) 20.
 - (E) 21.
-
12. Maria investiu R\$ 6.000,00 em ações e perdeu 20% do valor investido. Para que Maria recupere a quantia investida inicialmente, a variação positiva necessária deve ser, em %, de
- (A) 30.
 - (B) 20.
 - (C) 32.
 - (D) 25.
 - (E) 28.
-



13. Pedro tem 5 porcos. A balança que tem disponível consegue pesar 4 porcos juntos. Pedro agrupou os porcos em grupos distintos de 4 porcos, pesou cada grupo e obteve os seguintes valores: 289,5 kg; 291,5 kg, 293,0 kg, 294,0 kg e 296,0 kg. O peso médio dos 5 porcos, em kg, é
- (A) 73,0.
 - (B) 73,4.
 - (C) 74,0.
 - (D) 74,4.
 - (E) 73,2.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. O Município de São Paulo pretende construir um passeio público em área importante da cidade, de forma a garantir a segurança e a acessibilidade da população paulistana. No que concerne às características do passeio público, previsto expressamente na Lei nº 10.098/2000,
- (A) constitui elemento obrigatório de urbanização, todavia não faz parte da via pública.
 - (B) não constitui elemento obrigatório de urbanização, mas consiste em parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente.
 - (C) destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.
 - (D) trata-se de elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, excepcionalmente segregado e no mesmo nível.
 - (E) destina-se somente à circulação de pedestres, não se admitindo sua destinação para implantação de mobiliário urbano ou vegetação.
-
15. Conforme preceitua o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.098/2000 e nº 10.048/2000, as características do desenho e a instalação do mobiliário urbano devem garantir a aproximação segura e o uso por pessoa com deficiência visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas com deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras, atendendo às condições estabelecidas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Incluem-se nas condições narradas, dentre outras,
- (A) o uso do solo urbano, exceto para estacionamento.
 - (B) a instalação das aberturas, das botoeiras, dos comandos e outros sistemas de acionamento do mobiliário urbano.
 - (C) as espécies vegetais que tenham sua projeção fora da faixa de circulação de pedestres.
 - (D) os telefones públicos com cabine.
 - (E) as marquises, toldos, elementos de sinalização, luminosos e outros elementos que não tenham sua projeção sobre a faixa de circulação de pedestres.

Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

16. Considere:

- I. Lavrar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a ser homologado pelo(a) Diretor(a)-Geral de Administração, quando a violação ao Código de Ética não importar em dano de maior gravidade ou afronta direta aos princípios que regem a Administração Pública, desde que haja o reconhecimento da falta e o compromisso de reparação do eventual dano.
- II. Sugerir instauração de processo para apuração de conduta que viola as normas éticas, desde que haja indícios suficientes.
- III. Apresentar relatório semestral de suas atividades à Presidência do Tribunal, contendo a avaliação da atualidade do Código de Ética e as propostas e sugestões para seu aprimoramento e modernização.
- IV. Apresentar o Código de Ética aos novos(as) servidores(as).

No que diz respeito às atribuições do Comitê de Ética e Integridade previstas no Código de Ética dos(as) servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II.



17. Nos termos do Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ao(à) servidor(a) do referido Tribunal é permitida a aceitação de brindes, contanto que atendidos certos requisitos. O primeiro deles dispõe que os brindes não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem determinado valor unitário. O segundo requisito exige o respeito a um lapso temporal quanto à periodicidade da distribuição. Por fim, o terceiro requisito dispõe que tais brindes sejam de caráter geral, não se destinando a agraciar exclusivamente uma determinada pessoa. Acerca dos requisitos narrados, os brindes, para serem permitidos,
- (A) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.
 - (B) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 150,00, e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 24 meses.
 - (C) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 100,00; e a periodicidade da distribuição não deve ser inferior a 12 meses.
 - (D) podem atingir o valor unitário máximo de R\$ 200,00, e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 15 meses.
 - (E) não devem ultrapassar o valor unitário de R\$ 200,00; e a periodicidade da distribuição deve ser superior a 20 meses.

Noções de Informática

18. O servidor João trabalha em um órgão do Poder Judiciário e precisa redigir uma minuta de decisão judicial em colaboração com outros dois colegas da unidade. Além disso, deverá armazenar documentos sensíveis com controle de acesso, agendar reuniões virtuais com partes externas e organizar uma planilha com prazos processuais. Dado que o órgão utiliza a plataforma *Google Workspace* institucional, a ação correta e adequada ao uso dessa plataforma é:
- (A) O agendamento de reuniões virtuais com partes externas deve ser feito exclusivamente por meio do WhatsApp, pois o Google Workspace não permite convites para usuários fora do domínio.
 - (B) João deve evitar o uso do recurso Google Docs, já que o uso de nuvem é inseguro, mesmo sendo fornecido institucionalmente.
 - (C) João deve enviar a minuta por *e-mail* em anexo a cada colega para que façam alterações separadamente e depois consolidar manualmente os documentos.
 - (D) João deve utilizar o *Google Drive* pessoal, já que o institucional tem acesso limitado, para armazenar documentos sensíveis.
 - (E) João pode usar o Google Docs para redigir a minuta colaborativamente em tempo real, armazená-la no Drive institucional com controle de acesso, agendar a reunião pelo Google Agenda e usar o Google Sheets para organizar os prazos.

-
19. A servidora Ana trabalha na vara civil de um tribunal e frequentemente acessa sistemas judiciais, manipula documentos sigilosos e recebe *e-mails* com arquivos anexos. Recentemente, percebeu lentidão no computador e janelas *pop-up* incomuns. Para evitar riscos à integridade e confidencialidade das informações tratadas, Ana decide adotar boas práticas de segurança digital com base na ação correta e segura no contexto da administração pública, que é:
- (A) compartilhar senhas com colegas de equipe, desde que o objetivo seja facilitar o trabalho conjunto em processos urgentes.
 - (B) abrir os arquivos no *e-mail* institucional, pois isso garante que estão livres de vírus.
 - (C) desativar temporariamente o antivírus para permitir a abertura de anexos recebidos por e-mail institucional, confiando que se trata de documentos judiciais.
 - (D) manter o antivírus e o *firewall* ativados, evitar abrir anexos suspeitos e acionar a equipe de TI ao notar comportamentos anormais no sistema.
 - (E) instalar *softwares* baixados de sites alternativos, desde que usados por colegas de trabalho a fim de agilizar o acesso aos documentos.
-
20. No Windows 10, a ação corretamente descrita é:
- (A) O Explorador de Arquivos permite acessar rapidamente pastas como Documentos, *Downloads* e Área de Trabalho através do menu "Acesso Rápido".
 - (B) A Cortana, assistente virtual da *Microsoft*, é obrigatoriamente ativada por padrão e não pode ser desativada.
 - (C) O Gerenciador de Tarefas pode ser acessado pressionando Ctrl + Alt + A.
 - (D) O Painel de Controle foi removido, sendo substituído pelo aplicativo Configurações.
 - (E) Arquivos enviados para a Lixeira são excluídos permanentemente e não podem ser restaurados.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, considere a Constituição Federal de 1988.

21. Considere as seguintes situações:

- I. Thaisi entrou para o mundo da política nas últimas eleições, quando foi eleita Vice-Prefeita no município onde reside, porém atualmente é Prefeita, já que sucedeu o Prefeito que havia sido eleito. Thaisi pretende, em 2028, candidatar-se para ser Prefeita novamente do mesmo município.
- II. Izaú é militar com mais de dez anos de serviço e pretende se candidatar ao Governo do Estado onde reside nas próximas eleições, em 2026.
- III. Paula foi eleita Prefeita no município onde reside nas últimas eleições e pretende, em 2026, candidatar-se ao Governo do seu estado.

Com base apenas nas informações fornecidas, Thaisi poderá ser eleita Prefeita para mais

- (A) um único período subsequente; Izaú, para ser elegível, deverá ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade; Paula, para concorrer ao Governo do seu estado, deverá renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- (B) dois períodos subsequentes; Izaú, para ser elegível, deverá afastar-se da atividade; Paula, para concorrer ao Governo do seu estado, deverá renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- (C) um único período subsequente; Izaú, para ser elegível, deverá afastar-se da atividade; Paula, para concorrer ao Governo do seu estado, deverá renunciar ao seu respectivo mandato até quatro meses antes do pleito.
- (D) dois períodos subsequentes; Izaú, para ser elegível, deverá afastar-se da atividade; Paula, para concorrer ao Governo do seu estado, deverá renunciar ao seu respectivo mandato até quatro meses antes do pleito.
- (E) dois períodos subsequentes; Izaú, para ser elegível, deverá ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade; Paula, para concorrer ao Governo do seu estado, deverá renunciar ao seu respectivo mandato até quatro meses antes do pleito.

-
22. Luiz Eduardo nasceu no Brasil, de pais estrangeiros que aqui estavam a serviço de seu país de origem. Nancy nasceu no exterior, de pais brasileiros que lá estavam passando suas férias, não tendo sido registrada em repartição brasileira e, embora resida no Brasil, não tem a intenção de optar pela nacionalidade brasileira. Nicola se naturalizou brasileiro, após 20 anos de residência no Brasil. Luiz Eduardo, Nancy e Nicola desejam seguir carreira diplomática no Brasil. Nessas situações, com base somente nas informações fornecidas,
- (A) apenas Nicola poderá seguir a carreira por ele desejada.
 - (B) Luiz Eduardo, Nancy e Nicola poderão seguir a carreira por eles desejada.
 - (C) nenhum dos três poderá seguir a carreira por eles desejada.
 - (D) apenas Luiz Eduardo poderá seguir a carreira por ele desejada.
 - (E) apenas Nancy poderá seguir a carreira por ela desejada.
-
23. Alexandre, engenheiro, cidadão brasileiro no gozo dos seus direitos políticos, pretende propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio de entidade de que o Estado participe. Com base apenas nas informações fornecidas,
- (A) a ação pretendida não poderá ser proposta, tendo em vista ser ela possível apenas para anular ato lesivo ao patrimônio público.
 - (B) Alexandre é parte legítima para propor a ação pretendida.
 - (C) a ação pretendida não poderá ser proposta, tendo em vista ser ela possível apenas para anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
 - (D) Alexandre não é parte legítima para propor a ação pretendida.
 - (E) a ação pretendida poderá ser proposta por Alexandre, assim como pelo Ministério Público Federal.
-
24. Priscila, contadora, é proprietária do imóvel em que reside com sua família. Com base apenas nas informações fornecidas, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente
- (A) deverá desapropriar imediatamente o imóvel, mediante indenização ulterior em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até cinco anos.
 - (B) poderá usar do referido imóvel, assegurada a Priscila indenização ulterior, se houver dano.
 - (C) poderá usar do referido imóvel, assegurada a Priscila indenização ulterior, independentemente de haver dano.
 - (D) poderá usar do referido imóvel, sem o pagamento de indenização, ainda que haja dano.
 - (E) deverá desapropriar imediatamente o imóvel, sem o pagamento de indenização, ainda que haja dano.
-



25. Carlos Eduardo, brasileiro, 34 anos de idade, é advogado com 11 anos de efetiva atividade profissional. Helena, brasileira, 57 anos de idade, é membro do Ministério Público Federal com 17 anos de efetivo exercício. Considerando que Carlos Eduardo e Helena possuem notável saber jurídico e reputação ilibada, com base somente nas informações fornecidas, observados os requisitos legais,
- (A) apenas Helena poderá compor um Tribunal Regional do Trabalho, que é composto por, no mínimo, sete juízes.
 - (B) apenas Carlos Eduardo poderá compor um Tribunal Regional do Trabalho, que é composto por, no mínimo, sete juízes.
 - (C) tanto Carlos Eduardo quanto Helena poderão compor um Tribunal Regional do Trabalho, que é composto por, no mínimo, vinte e sete juízes.
 - (D) apenas Helena poderá compor um Tribunal Regional do Trabalho, que é composto por, no mínimo, vinte e sete juízes.
 - (E) tanto Carlos Eduardo quanto Helena poderão compor um Tribunal Regional do Trabalho, que é composto por, no mínimo, sete juízes.

Direito Administrativo

26. A respeito dos bens públicos e de seu regime jurídico, a Constituição Federal de 1988 estatui que
- (A) o tombamento é forma originária de aquisição da propriedade, ingressando o bem tombado no patrimônio do ente responsável, a partir do registro no respectivo Livro de Tombo.
 - (B) os terrenos de marinha e seus acrescidos são bens pertencentes à União, exceto se tradicionalmente ocupados por populações indígenas.
 - (C) as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos pertencem à União, garantida aos ocupantes a posse permanente para moradia e realização de atividades necessárias à sua subsistência.
 - (D) é possível a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, desde que autorizada pelo Congresso Nacional e ouvidas as comunidades afetadas, que devem ter assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
 - (E) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção da agricultura familiar.
27. Nos termos da Lei nº 8.987/1995 (Lei de concessões), a tarifa
- (A) será revista sempre que for determinada alteração unilateral do contrato pelo poder concedente.
 - (B) será a mesma para todos os usuários do serviço público, por força do princípio da isonomia.
 - (C) será revista quando, após a apresentação da proposta, ocorrer a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais.
 - (D) será fixada pelo poder concedente e preservada pelas regras de revisão previstas na referida lei, no edital e no contrato.
 - (E) não será subordinada à legislação específica anterior à concessão.

-
28. A propósito do regime jurídico dos agentes públicos, o Supremo Tribunal Federal, em sua jurisprudência dominante, afirma que:
- (A) nos conselhos profissionais, não obstante sua natureza autárquica, é admissível a contratação de pessoal sob regime celetista.
 - (B) nos serviços sociais autônomos, a contratação de pessoal deve ser precedida de concurso público, sob pena de nulidade do vínculo.
 - (C) a admissão dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias previstos no § 4º do art. 198 da CF/88 deve ser obrigatoriamente pelo regime estatutário.
 - (D) as empresas públicas que prestam serviços públicos em regime de monopólio podem admitir sob regime estatutário, desde que haja a criação, por lei, dos respectivos cargos.
 - (E) as sociedades de economia mista que exerçam atividade econômica em sentido estrito devem contratar seus empregados sob regime celetista, mediante processo seletivo simplificado.
-
29. Em edital de licitação relativo à contratação de obra pública, a Administração exigiu que os licitantes apresentassem, na fase de habilitação, após o julgamento, atestado que demonstrasse a execução prévia de obra cujo quantitativo mínimo relativo às parcelas de maior relevância ou valor significativo fosse equivalente a 100% da obra em licitação. O edital não foi objeto de impugnação dos licitantes e o certame prosseguiu até a homologação. Já firmado o contrato e iniciada a execução da obra, o gestor contratual constatou que o licitante vencedor havia apresentado atestado falso relativo ao quantitativo mínimo, por ocasião da fase de habilitação. Diante de tal situação, a Administração deve
- (A) conceder ao contratado a oportunidade de sanar a irregularidade, apresentando outro atestado que comprove a capacidade para execução contratual, conforme exigida no edital.
 - (B) conceder ao contratado a oportunidade de sanar a irregularidade, apresentando outro atestado que comprove a execução de quantitativo mínimo de 50% das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme estipula a Lei nº 14.133/2021.
 - (C) decidir sobre a anulação da licitação e do contrato respectivo, desde que se afigure medida de interesse público, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.
 - (D) ignorar o fato, visto que a exigência constante do edital era excessiva.
 - (E) suspender a execução contratual e anular as fases posteriores ao julgamento, retomando o procedimento licitatório a partir da fase de habilitação.
-



30. Sobre o direito de greve dos servidores públicos, o STF, em sua jurisprudência dominante, fixou o entendimento de que
- (A) o desconto da remuneração relativa aos dias de paralisação somente deve ocorrer após a celebração de acordo coletivo sobre o tema.
 - (B) o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais militares, vedação que não se aplica aos policiais civis, pois a paralisação no exercício da atividade de polícia judiciária não implica risco imediato à segurança pública.
 - (C) a prática grevista é motivo legítimo para exoneração do servidor em estágio confirmatório para aquisição da estabilidade, pois a paralisação compromete a avaliação da adequação do servidor ao serviço público.
 - (D) a justiça comum é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
 - (E) a greve para os servidores públicos é um direito de eficácia limitada, não cabendo ao Judiciário estabelecer regras em caráter supletivo, em caso de omissão do legislador.

Direito do Trabalho

31. Andy foi contratado em 04/03/2024, por prazo indeterminado, pela empresa Wonder Tecno Ltda., para o cargo de analista de sistemas. Após algumas conversas com o setor de recursos humanos, ele e a empresa decidiram formalizar a rescisão do contrato por mútuo acordo em 09/05/2025 (6ª feira). O aviso prévio foi indenizado, sendo que o termo de rescisão do contrato de trabalho foi assinado nesta mesma data. A empresa efetuou o pagamento das verbas rescisórias em 23/05/2025 (6ª feira). Considerando as disposições legais sobre rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo e sobre as formalidades a serem seguidas pelo empregador quando da rescisão do contrato de trabalho, Andy tem direito
- (A) ao recebimento de todas as verbas rescisórias integrais, inclusive a multa fundiária de 40%, poderá realizar o saque integral do FGTS, mas, em razão da modalidade de rescisão do contrato de trabalho, não terá direito ao seguro desemprego, sendo que o pagamento das verbas rescisórias se deu no prazo correto, que é de 10 dias úteis após a rescisão do contrato de trabalho, tendo em vista que o aviso prévio foi indenizado, não havendo que se falar em multa em favor do empregado.
 - (B) à metade do aviso prévio indenizado e da multa fundiária, ao valor integral das demais verbas rescisórias e ao levantamento de até 80% do valor dos depósitos do FGTS, e não está autorizado a ingressar no programa de seguro desemprego, sendo que o prazo para pagamento dessas verbas seria 19/05/2025 (2ª feira), devendo a empresa pagar multa em favor do empregado em valor equivalente a seu salário.
 - (C) à metade de todas as verbas rescisórias e ao saque de metade do valor dos depósitos do FGTS, mas não terá direito ao seguro desemprego, sendo que o prazo para pagamento das verbas rescisórias seria 12/05/2025 (2ª feira), primeiro dia útil após a rescisão, tendo em vista que o aviso prévio foi indenizado, devendo a empresa pagar multa em favor do empregado em valor equivalente a seu salário.
 - (D) à metade de todas as verbas rescisórias, mas não poderá realizar o saque dos depósitos do FGTS e nem terá direito ao seguro desemprego, sendo que o pagamento das verbas rescisórias se deu no prazo correto, que é de 10 dias úteis após a rescisão do contrato de trabalho, tendo em vista que o aviso prévio foi indenizado, não havendo que se falar em multa em favor do empregado.
 - (E) à metade do aviso prévio indenizado e da multa fundiária, ao valor integral das demais verbas rescisórias e ao levantamento de até 80% do valor dos depósitos do FGTS, mas não está autorizado a ingressar no programa de seguro desemprego, sendo que o prazo para pagamento das verbas rescisórias seria 14/05/2025 (4ª feira), pois a rescisão por mútuo acordo altera o prazo legal, reduzindo-o para 5 dias corridos, devendo a empresa pagar multa em favor do empregado em valor equivalente a seu salário.

32. Claudinei é empregado de uma empresa de segurança privada e atua como vigilante armado em uma agência bancária privada, realizando rondas internas e externas em turnos diurnos e noturnos. Ele passou a receber um adicional de risco equivalente a 20% sobre o salário, em decorrência de previsão em acordo coletivo de trabalho. Em razão disso a empresa deixou de pagar o adicional de periculosidade, sob o argumento de que Claudinei já receberia o adicional de risco e de que sua exposição ao perigo não ocorre durante toda a jornada, sendo intermitente. Considerando o disposto na legislação e nas Súmulas do TST, Claudinei
- (A) tem direito ao adicional de periculosidade somente nos dias em que está trabalhando no turno do dia, período em que o risco de assalto é maior, sendo que para os dias em que trabalha no turno da noite o adicional de risco previsto em norma coletiva já está sendo pago.
 - (B) tem direito ao adicional de periculosidade, independentemente do turno de trabalho, mas sempre proporcional ao tempo de exposição ao risco, na forma prevista em acordo coletivo de trabalho, sendo que o recebimento de adicional de risco não tem qualquer implicação nesse direito.
 - (C) não tem direito ao adicional de periculosidade, pois recebe adicional de risco, que é proporcional ao tempo de exposição ao risco, além de ser vedada a cumulação de adicionais com fundamento semelhante.
 - (D) somente tem direito ao adicional de risco previsto em norma coletiva específica para os vigilantes e proporcional ao tempo de exposição ao risco, e não ao adicional de periculosidade, que só se aplica a trabalhadores expostos a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica.
 - (E) tem direito ao adicional de periculosidade, mesmo que a exposição a condições de risco seja apenas de forma intermitente, sendo que o adicional de risco recebido por força de norma coletiva pode ser descontado ou compensado do adicional de periculosidade.



33. A empresa Maxi Indústria e Comércio Ltda. firmou acordo coletivo de trabalho com o Sindicato dos trabalhadores, estabelecendo um plano de participação nos lucros e resultados (PLR) com previsão de pagamento da PLR apenas aos empregados com contrato de trabalho ativo na época do adimplemento da parcela, excluindo o direito ao pagamento de PLR proporcional para os trabalhadores com contratos de trabalho extintos antes do adimplemento. No mesmo acordo coletivo há previsão de pagamento de adicional de insalubridade em grau mínimo para todos os empregados da empresa submetidos a condições insalubres de trabalho, independentemente da natureza do agente e do tempo de exposição a seus efeitos.

Considerando as disposições legais e o entendimento fixado pelo STF em Tese de Repercussão Geral a respeito da prevalência do negociado sobre o legislado, em relação às disposições do acordo coletivo de trabalho, é correto afirmar:

- (A) a cláusula que estipula restrições ao pagamento da PLR é válida de imediato, mas a cláusula que estipula o enquadramento do grau de insalubridade, por se tratar de questão relativa à proteção da saúde dos trabalhadores, somente terá validade após constatação por perícia realizada por médico ou engenheiro de segurança do trabalho e após ser homologada pelo Ministério do Trabalho, na forma da norma regulamentar específica.
- (B) nenhuma das cláusulas é válida, pois ambas se referem a direitos absolutamente indisponíveis, não podendo a negociação coletiva se sobrepor às disposições legais que preveem esses direitos.
- (C) somente a cláusula sobre a restrição de pagamento da PLR é válida, pois questões relacionadas aos critérios e forma de seu pagamento inserem-se no contexto de direito disponível.
- (D) tanto a cláusula sobre a restrição de pagamento da PLR como a cláusula que estipula o enquadramento do grau de insalubridade para fins de pagamento do adicional são válidas, já que ambas se inserem no contexto de direito disponível.
- (E) a validade de ambas as cláusulas dependerá de homologação do acordo coletivo de trabalho pela autoridade competente, pois a prevalência do negociado sobre o legislado foi admitida com restrições pelo STF.

34. Considerando as previsões constitucionais e legais sobre estabilidade provisória no emprego e a interpretação sumulada adotada pelo TST sobre o tema, considere as seguintes hipóteses:
- I. Raoni, auxiliar de produção, sofreu acidente de trabalho típico em março de 2024, ficando afastado por 60 dias, com recebimento de auxílio-doença acidentário. Com a cessão do benefício previdenciário, retornou ao trabalho em maio de 2024.
 - II. Sidnalva, técnica de enfermagem, foi eleita membro suplente da CIPA em julho de 2023. Seu mandato terminou em julho de 2024.
 - III. Tiane, auxiliar de escritório, foi dispensada com aviso prévio indenizado em 10/04/2025. Em 25/04/2025 descobriu estar grávida desde o final de março. A empresa afirma que não sabia da gestação.
 - IV. Guttemberg, analista contábil, teve seu nome registrado como candidato a dirigente sindical em 01/03/2025. Em 05/03/2025, a empresa comunicou a dispensa sem justa causa.
 - V. Ariadne, analista de projetos, eleita em 13/11/2023 membro da comissão de representantes de empregados na empresa, foi dispensada pelo empregador em 13/01/2025, sem que houvesse qualquer motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro que justificasse a dispensa.

A partir das situações narradas,

- (A) Guttemberg não tem direito a estabilidade no emprego porque, quando da dispensa, ele ainda não tinha sido eleito dirigente sindical.
- (B) Raoni tem estabilidade no emprego por 18 meses após a cessação do benefício previdenciário e retorno ao trabalho.
- (C) Ariadne tem direito a estabilidade no emprego até 13/11/2025.
- (D) Sidnalva não tem direito a estabilidade no emprego porque foi eleita como membro suplente da CIPA.
- (E) Tiane não tem direito a estabilidade no emprego porque o aviso prévio foi indenizado e o empregador não sabia da gravidez quando da dispensa.

-
35. Quatro situações concretas ocorridas na empresa Logfácil Transportes Ltda. chegam ao departamento de recursos humanos para análise sobre a possibilidade de movimentação das contas vinculadas no FGTS: Anete, após 12 anos na empresa, foi dispensada sem justa causa; Bernardino, que permanece empregado, teve seu contrato de trabalho suspenso por 90 dias para participar de curso de qualificação profissional oferecido pela empresa, com previsão em acordo coletivo; Carola, que também permanece empregada, foi diagnosticada com câncer de mama e iniciou o tratamento; Dinorá, esposa de Ernesto, empregado falecido, e sua única dependente previdenciária habilitada, deseja sacar o FGTS deixado por seu esposo.

Com base nas disposições legais, o departamento de recursos humanos conclui, em seu parecer, que poderão sacar o FGTS

- (A) Anete, Carola e Dinorá.
- (B) apenas Anete, pois é a única cujo contrato de trabalho foi extinto; os demais mantêm vínculo ativo ou dependem de decisão judicial.
- (C) apenas Anete e Carola.
- (D) Anete, Bernardino, Carola e Dinorá.
- (E) apenas Bernardino e Dinorá.



36. Os trabalhadores da empresa Sanedutos S.A., responsável pelo fornecimento e manutenção de água potável em um município de 250 mil habitantes, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, alegando defasagem salarial e ausência de negociação coletiva. O movimento paredista teve início na segunda-feira, sem comunicação prévia à empresa, ao sindicato patronal ou à população, resultando na paralisação total das atividades de captação e distribuição de água. Considerando as disposições constitucionais e legais aplicáveis,
- (A) o direito de greve é garantia constitucional e, portanto, não há que se falar em exigências para sua deflagração e exercício, sob pena de violação a direito fundamental dos trabalhadores.
 - (B) a abusividade da greve só pode ser declarada se houver prática de violência, impedimento de acesso ao trabalho ou descumprimento de decisão judicial.
 - (C) a greve é legítima, pois não há exigência de comunicação prévia quando o movimento é motivado por ausência de negociação coletiva por parte do empregador.
 - (D) a ausência de aviso prévio de 72 horas e a paralisação total de serviços essenciais configuram abuso do direito de greve.
 - (E) mesmo em serviços essenciais, a paralisação total é autorizada desde que haja posterior negociação em juízo no âmbito do dissídio coletivo.
-
37. A empresa Infini Indústria de Cabos Ltda., com 80 empregados, celebrou contrato de aprendizagem com jovens em parceria com uma Escola Técnica de Educação. Durante auditoria do Ministério do Trabalho, as seguintes situações foram verificadas: Lanice, de 16 anos e 4 meses de idade, frequentando o ensino fundamental, foi contratada como aprendiz com jornada de 8 horas diárias; Melro, de 19 anos e com deficiência física, celebrou contrato de aprendizagem com duração de 3 anos; Nevilson, de 16 anos, pediu demissão após 6 meses da celebração do contrato de aprendizagem firmado por 2 anos, pois recebeu proposta de emprego em tempo integral; constatado quando da fiscalização o não cumprimento da cota legal de aprendizes, a empresa justificou que tal fato decorre de não haver vagas suficientes para os cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem local. Com base nos dispositivos da CLT sobre o contrato de aprendizagem, o Auditor Fiscal concluiu que
- (A) o pedido de demissão de Nevilson é inválido, pois o contrato de aprendizagem não admite rescisão por iniciativa do aprendiz antes do prazo final.
 - (B) a jornada de Lanice é válida, pois não há restrição de carga horária quando o contrato de aprendizagem estiver vinculado a instituição formadora reconhecida.
 - (C) o contrato de Lanice está correto, pois aprendizes, desde que maiores de 16 anos, podem exercer jornada de 8 horas diárias.
 - (D) a empresa deve cumprir a cota de aprendizagem, sendo que as vagas poderão ser supridas por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica previstas em lei.
 - (E) a contratação de Melro é inválida, pois o contrato de aprendizagem não pode ultrapassar 2 anos.

-
38. A empresa TransPonto Logística Ltda., com 80 empregados, entre os quais 40 são mulheres com mais de 16 anos de idade, passou a adotar medidas de apoio à parentalidade previstas na Lei nº 14.457/2022. Entre as decisões tomadas em seu programa interno, com base nas previsões legais, reveste-se de validade
- (A) a recusa de flexibilização do horário de entrada e saída para empregado poder levar o filho de 2 anos de idade à escola se não houver previsão em norma coletiva, já que se trata de um benefício que, como regra, é concedido apenas às empregadas.
 - (B) a não instalação de local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação, pois essa exigência somente se aplica para as empresas com pelo menos 60 mulheres empregadas com mais de 16 anos.
 - (C) o indeferimento da solicitação feita por uma empregada com filho de 1 ano, para ser incluída no regime de teletrabalho que a empresa adota para outras pessoas da equipe, pois a decisão sobre o regime de trabalho é prerrogativa exclusiva do empregador.
 - (D) somente autorizar o uso do banco de horas semestral por um empregado com filha de 5 anos para acompanhá-la em sessões de fonoaudiologia, sem exigência de justificativa médica, se houver previsão expressa em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
 - (E) a adoção do benefício de reembolso creche, desde que preenchidos os requisitos legais, com formalização de acordo individual, de acordo coletivo ou de convenção coletiva de trabalho, que deverá estabelecer condições, prazos e valores, sem prejuízo dos demais preceitos de proteção à maternidade.

-
39. A empresa VerdeVivo Ambiental Ltda. decidiu revisar seus procedimentos internos sobre concessão e pagamento de férias, após detectar irregularidades. Os seguintes casos foram analisados: Amarilys, contratada em 01/06/2022, tirou suas férias referentes ao primeiro período aquisitivo em novembro de 2024, sendo a remuneração dessas férias pagas em dobro; Benevaldo completou período aquisitivo de férias em 31/08/2023, e a empresa, sem consultar o empregado, programou suas férias em dois períodos, sendo o primeiro de 20/12/2023 a 13/01/2024, e o segundo de 01/07/2024 a 05/07/2024; Carmine, maior de 18 anos, solicitou dividir suas férias de 30 dias em três períodos, sendo um deles de apenas 4 dias corridos, o que foi aceito pela empresa; Divino, ao sair de férias, recebeu a remuneração de férias sem o terço constitucional, que foi pago junto com o salário do mês seguinte; Evelyse, com um ano de contrato, teve 15 faltas não justificadas ao longo do período aquisitivo e teve férias de 30 dias. Considerando as disposições da CLT a respeito das férias, o departamento de recursos humanos da empresa, no relatório a ser apresentado à diretoria, concluiu que está em conformidade com a legislação
- (A) o pagamento a Divino do terço constitucional da forma como realizado, já que somente a remuneração dos dias de férias deve ser paga até dois dias antes do início do período de gozo das mesmas, não estando o terço constitucional abrangido pela previsão legal de adiantamento.
- (B) a divisão das férias de Benevaldo em dois períodos, pois o fracionamento foi em apenas dois períodos, sendo que a lei prevê que apenas para a concessão fracionada em três períodos é exigida a anuência do empregado.
- (C) o pagamento em dobro das férias a Amarilys, pois estas foram concedidas fora do período concessivo.
- (D) a concessão de 30 dias de férias a Evelyse, pois trata-se de direito assegurado constitucionalmente, sendo que a quantidade de faltas ao trabalho, com ou sem justificativa, não interfere no cálculo do período de gozo.
- (E) a divisão das férias de Carmine em três períodos, como solicitado pela empregada.
-

Direito Processual do Trabalho

40. Em ação trabalhista movida por Circe contra a empresa Ônix Transportes Ltda., houve condenação da reclamada ao pagamento de verbas rescisórias, de adicional de insalubridade e de indenização por danos morais em razão de assédio moral sofrido pela trabalhadora, com decisão transitada em julgado em fevereiro de 2021. Iniciada a fase de execução e não tendo sido pago o valor homologado da condenação, foram feitas diversas tentativas frustradas de localização de bens da executada para satisfação do crédito, que se encerraram em 31/07/2021. Diante disso, em 25/08/2021 a exequente foi regularmente intimada para indicar, no prazo de 15 dias, meios eficazes para prosseguimento da execução, mas permaneceu inerte. Em 15/09/2023, o juiz reconheceu, de ofício, a prescrição intercorrente e extinguiu a execução. Com base na legislação aplicável, o reconhecimento da prescrição intercorrente foi
- (A) equivocado, pois esta somente pode decorrer de provocação da parte executada, sendo vedado seu reconhecimento de ofício pelo juiz.
- (B) equivocado, pois a condenação abrange indenização por dano moral decorrente de assédio moral reconhecidamente sofrido pela exequente que, em razão da natureza do direito envolvido, não pode ser declarado prescrito.
- (C) correto, pois a prescrição intercorrente pode ser reconhecida de ofício na fase de execução, desde que haja prévia intimação do exequente para indicar meios de prosseguir com a execução.
- (D) equivocado, pois a sua aplicação depende do requerimento do Ministério Público do Trabalho na qualidade de fiscal da ordem jurídica.
- (E) correto, pois a sua aplicação decorre do simples fato de não ter havido localização de bens pela Justiça do Trabalho, razão pela qual a partir de 31/07/2023 o juiz poderia ter reconhecido sua ocorrência, com extinção da execução.

-
41. Sobre competência material, o Supremo Tribunal Federal adotou Tema de Repercussão Geral segundo o qual são da competência da justiça
- (A) comum, federal ou estadual, os julgamentos sobre abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas.
 - (B) do trabalho o processamento e julgamentos de execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.
 - (C) comum as ações relativas às verbas trabalhistas de servidor público, mesmo em relação àquelas que se referem ao período em que manteve vínculo celetista, antes da transposição ao regime estatutário.
 - (D) do trabalho todas as ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria.
 - (E) comum todas as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidentes de trabalho propostas pelos sucessores do trabalhador falecido.



42. A empresa Construir Engenharia S/A foi condenada em reclamação trabalhista ao pagamento de horas extras e reflexos, tendo em vista que foi considerado inválido o acordo individual escrito de banco de horas para a compensação de jornada no período de seis meses, sob o fundamento de que a validade do banco de horas depende sempre de negociação coletiva. Após a publicação do acórdão do respectivo TRT que manteve a condenação, a reclamada interpôs recurso de revista ao TST, sustentando violação literal do § 5º, do art. 59 da CLT e, também, divergência jurisprudencial comprovada. A Presidência do TRT negou seguimento ao recurso, sob o único fundamento de ausência de transcendência. Considerando as disposições legais sobre o tema, o despacho denegatório do recurso de revista está
- (A) correto, pois a transcendência é o único pressuposto recursal a ser analisado pelo juízo de admissibilidade *a quo*, cabendo a análise da violação direta de lei e da divergência jurisprudencial ao juízo *ad quem*.
 - (B) equivocado, pois a exigência de transcendência aplica-se apenas às decisões proferidas na fase de execução e não na fase de conhecimento, tornando nula a negativa de seguimento do recurso de revista neste caso.
 - (C) equivocado, pois o juízo de admissibilidade do recurso de revista pela Presidência do TRT limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
 - (D) equivocado, pois existe transcendência sempre que o recurso se fundar em divergência jurisprudencial comprovada.
 - (E) correto, pois a demonstração de violação direta de lei e de divergência entre Tribunais Regionais não supre o requisito de transcendência exigido pela CLT, sendo possível a negativa de seguimento do recurso de revista com base exclusiva na ausência desse requisito.
-
43. De acordo com os dispositivos constitucionais e legais aplicáveis ao dissídio coletivo, deve-se considerar que
- (A) a revisão da decisão proferida em dissídio coletivo deverá, se decorrido mais de um ano de sua vigência e se requerida de comum acordo pelas entidades sindicais representativas dos trabalhadores e dos empregadores, ser promovida exclusivamente pelo Tribunal prolator.
 - (B) o Ministério Público do Trabalho não possui legitimidade para propor dissídio coletivo, salvo quando age como substituto processual em defesa de servidores públicos.
 - (C) ao recurso ordinário interposto contra sentença normativa, em razão da natureza da ação e dos interesses envolvidos, será concedido apenas efeito devolutivo, podendo os termos da decisão ser exigidos de imediato.
 - (D) a sentença normativa proferida em dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, não terá seus efeitos estendidos aos demais empregados da empresa, ainda que sejam da mesma profissão, sob pena de violação aos limites subjetivos da lide.
 - (E) a ausência de comum acordo entre as partes impede o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica, o que não é exigido em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, caso em que o dissídio coletivo poderá ser ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho.

-
44. Em ação trabalhista ajuizada por Babete contra a empresa Zeta S.A., a sentença reconheceu o vínculo empregatício, condenando a reclamada ao pagamento das verbas contratuais e rescisórias decorrentes, bem como de indenização por danos morais, e julgou improcedente o pedido de adicional de periculosidade. Ambas as partes interpuseram recurso ordinário. O TRT deu provimento parcial ao recurso da reclamada, afastando a condenação em dano moral, e negou provimento ao recurso da reclamante. O recurso de revista de Babete, interposto quanto à periculosidade, foi considerado indubitavelmente intempestivo pelo TST, sendo esta decisão publicada 26 meses após o trânsito em julgado da publicação do acórdão proferido pelo TRT. Sob o fundamento de a decisão transitada em julgado incorrer em violação literal de dispositivo legal e alegando que o último dia do prazo decadencial, contado da publicação da decisão proferida pelo TST, se deu em uma 6ª feira, Babete ajuizou na 2ª feira subsequente ação rescisória que, considerando os termos da lei e os entendimentos sumulados pelo TST a respeito da matéria, é
- (A) tempestiva, pois, sendo fundada em alegação de violação literal de norma legal, o interesse público na preservação do ordenamento jurídico permite seu ajuizamento a qualquer tempo.
 - (B) tempestiva, pois o trânsito em julgado da decisão do TRT se deu parcialmente, apenas em relação ao recurso da empresa, não havendo que se falar em trânsito em julgado naquele momento para a decisão desfavorável a Babete, já que da decisão ela interpôs recurso, do qual não consta preliminar ou prejudicial que pudesse tornar insubsistente a decisão recorrida e, ainda, porque, caindo o último dia do prazo decadencial na 6ª feira, fica prorrogado para 2ª feira.
 - (C) tempestiva, pois o prazo decadencial só começa a contar após o trânsito em julgado do último recurso interposto no processo e é prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente quando expira na 6ª feira.
 - (D) intempestiva, pois o prazo decadencial conta-se do trânsito em julgado da decisão do TRT e não da decisão proferida pelo TST, já que esta se fundou na indubitável intempestividade do recurso de revista interposto.
 - (E) intempestiva, pois, embora o prazo decadencial somente comece a contar após o trânsito em julgado do último recurso interposto no processo, somente é prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.



45. No curso da execução, a executada, empresa Alfa Ltda., não pagou a condenação e, após diversas tentativas infrutíferas de penhora de bens da empresa, o exequente requereu a desconsideração da personalidade jurídica, que foi deferida e, após apresentação de defesa pelos dois sócios, foi julgada procedente. Não tendo havido recurso da decisão, foi expedido mandado de penhora em relação aos sócios, sendo que o oficial de justiça localizou apenas, como único bem do sócio-gerente, um imóvel residencial de alto valor, situado em bairro nobre da cidade, utilizado comprovadamente como moradia habitual dele e de sua esposa. O exequente requereu a penhora do imóvel, o que, com base na legislação aplicável, foi
- (A) indeferido pelo juiz, pois no processo do trabalho o imóvel residencial é penhorável somente se for moradia de entidade familiar, assim não sendo considerado apenas o casal.
 - (B) indeferido pelo juiz, pois trata-se de único imóvel de propriedade do sócio, utilizado comprovadamente como moradia habitual do casal.
 - (C) deferido pelo juiz, pois o imóvel residencial pode ser penhorado, independentemente de ser bem de família, pois a restrição legal não se aplica à execução de créditos trabalhistas, que têm natureza alimentar.
 - (D) deferido pelo juiz, pois a proteção legal do bem de família não se aplica no processo do trabalho quando o imóvel estiver localizado em área urbana de elevado padrão econômico.
 - (E) indeferido pelo juiz até que o exequente comprove que realmente esse é o único imóvel de propriedade do sócio ou, se existirem outros, que esse é o de menor valor, como exige a lei.
-
46. Em determinada Região da Justiça do Trabalho, diversos processos individuais envolvem controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito. A multiplicidade de ações sobre o tema tem gerado decisões conflitantes nas Varas do Trabalho e também nas Turmas do TRT. Diante disso, um dos Desembargadores, Relator em um determinado caso que trata da matéria, apresenta pedido de instauração de um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), com o objetivo de uniformizar o entendimento da Corte Regional a respeito da controvérsia. De acordo com as previsões legais sobre o tema, o incidente
- (A) é cabível, sendo que a tese jurídica fixada no julgamento do incidente será aplicada a todos os processos já em curso que tratam da matéria, não tendo, porém, efeito para os processos novos que venham a ser ajuizados no território de competência do Tribunal, garantindo-se a independência dos magistrados nos julgamentos.
 - (B) é cabível, sendo que, após o julgamento do incidente, a tese firmada deve ser submetida a expressa homologação do TST, para que possa ter efeito e aplicação em todos os processos que tramitam na jurisdição do Regional.
 - (C) é incabível, pois exige a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.
 - (D) é incabível, pois sua instauração deve ser feita pelo TST que, considerando que a controvérsia sobre a mesma questão de direito decorre de processos afetados originados de um mesmo Tribunal Regional, proferirá julgamento que vinculará todas as decisões na jurisdição daquele TRT.
 - (E) é cabível, e, uma vez admitido, o Relator do incidente suspenderá os processos individuais e coletivos que versem sobre a questão jurídica controvertida que tramitam na Região.

-
47. A empresa Soluções Digitais Ltda. e seu ex-empregado Roberval celebraram acordo extrajudicial, no qual a empresa se comprometeu a pagar R\$ 20.000,00, abrangendo verbas rescisórias, discriminadas na petição, como saldo de salário, aviso prévio, 13º salário proporcional e férias proporcionais acrescidas de 1/3, e também horas extras e reflexos. As partes foram assistidas por advogados distintos e apresentaram petição conjunta, instruída com procurações, documentos pessoais, o contrato de trabalho e o termo de rescisão do contrato de trabalho. O juiz do trabalho, ao analisar o pedido, indeferiu de plano a homologação, sob o fundamento de que não cabia atuação judicial sem litígio ou conflito de interesses e de que não havia certeza sobre a ausência de vício de consentimento na celebração do acordo. Em seguida, de plano, extinguiu o processo. Considerando os dispositivos legais aplicáveis, o juiz
- (A) tem liberdade para homologar ou não o acordo, mas deve analisar os requisitos exigidos por lei e, se entender necessário, designar audiência na qual poderá, inclusive, verificar e constatar a ausência ou não de vício de vontade, para, após, proferir sentença.
 - (B) deveria ter homologado o acordo extrajudicial de plano, já que os únicos requisitos a serem analisados, que são a representação das partes por advogados distintos e petição conjunta, foram preenchidos.
 - (C) agiu corretamente, pois a jurisdição trabalhista não se presta a homologar acordos sem controvérsia entre as partes.
 - (D) somente poderia homologar o acordo em relação às verbas rescisórias, já que há prova documental apresentada de plano que permite a avaliação sobre a correção do quanto acordado a esse título, o que não ocorre em relação às horas extras, que depende de prova.
 - (E) somente poderia homologar o acordo em relação às horas extras, já que se trata de direito disponível, o que não acontece com as verbas rescisórias, que se inserem no contexto dos direitos indisponíveis do trabalhador.



48. Josefina ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, pleiteando verbas rescisórias, horas extras e indenização por danos morais decorrentes de assédio moral sofrido durante a vigência do contrato de trabalho. O valor dado à causa foi de R\$ 35.000,00. Ao despachar a petição inicial, o juiz determinou a tramitação da ação pelo rito ordinário, sob o fundamento de que a presença de pedido de natureza extrapatrimonial afastaria a simplicidade exigida pelo rito sumaríssimo e exigiria a realização de audiência una, que é incompatível com esse procedimento. Considerando as disposições legais aplicáveis, a decisão do juiz está
- (A) correta, pois a adoção ou não do procedimento sumaríssimo insere-se no poder discricionário do juiz, que pode afastá-lo se entender que o processo abrange pedidos de maior complexidade jurídica que dependam de uma prova mais robusta a ser produzida em audiência una, como é o caso de pedidos de natureza extrapatrimonial.
 - (B) incorreta, pois, ainda que haja pedido de indenização por dano moral, desde que o valor total da causa seja igual ou inferior a 40 salários mínimos, o procedimento sumaríssimo será adotado, não sendo a natureza extrapatrimonial do pedido e nem a realização de audiência una critérios impeditivos.
 - (C) incorreta, pois embora o procedimento sumaríssimo exija a realização de audiência una, se a causa envolver pedido de natureza extrapatrimonial o juiz poderá fracionar a audiência, designando instrução para outra data, desde que seja no prazo máximo de 15 dias.
 - (D) incorreta, pois a adoção do procedimento sumaríssimo é faculdade do autor da ação trabalhista, que poderá escolher entre ele e o rito ordinário, conforme conveniência estratégica.
 - (E) correta, pois a presença de pedido de dano moral, por envolver matéria de maior complexidade e de natureza extrapatrimonial, afasta automaticamente a adoção do procedimento sumaríssimo, independentemente do valor da causa.

Direito Civil

49. De acordo com as regras do Código Civil acerca do pagamento indevido,
- (A) é possível repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível.
 - (B) mesmo aquele que deu alguma coisa para obter fim imoral, desde que não proibido por lei, terá direito à repetição do que pagou indevidamente.
 - (C) se o pagamento indevido tiver consistido no desempenho de obrigação de fazer, aquele que recebeu a prestação tem a obrigação de indenizar o que a cumpriu, na medida do lucro obtido.
 - (D) àquele que voluntariamente pagou o indevido não incumbe a prova de tê-lo feito por erro, cabendo ao beneficiário do pagamento comprovar que ele era devido.
 - (E) se aquele que indevidamente recebeu um imóvel o tiver alienado em boa-fé, por título oneroso, responde pela quantia recebida e também por perdas e danos.

-
50. Laura e Francisco casaram-se no ano de 2020 adotando o regime da comunhão universal de bens. De acordo com o Código Civil, o regime de bens entre os cônjuges
- (A) será absolutamente imutável independentemente de ter sido ou não firmado com cláusula de imutabilidade.
 - (B) será absolutamente imutável apenas se firmado com cláusula de imutabilidade.
 - (C) não poderá ser modificado antes de decorridos 10 anos da celebração do casamento.
 - (D) poderá ser modificado extrajudicialmente, independentemente de autorização judicial, desde que não prejudique terceiros.
 - (E) só poderá ser modificado por requerimento de ambos os cônjuges mediante autorização judicial.
-
51. O Código Civil estabelece que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado, elencando em seguida as entidades dotadas de personalidade jurídica. De acordo com esse mesmo diploma legal, os chamados "empresendimentos de economia solidária"
- (A) são pessoas jurídicas de direito público e privado.
 - (B) não são pessoas jurídicas.
 - (C) são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (D) são pessoas jurídicas de direito privado.
 - (E) são pessoas jurídicas de direito público externo.
-
52. Determinado contrato de prestação de serviços foi firmado por escrito contendo cláusula resolutiva expressa para o caso de inadimplemento. De acordo com o Código Civil, referida cláusula
- (A) só se opera depois de prévia interpelação judicial, mas não depende da concessão de prazo para purgação da mora.
 - (B) só se opera depois de prévia interpelação judicial e depende da concessão de prazo para purgação da mora.
 - (C) opera de pleno direito, mas depende de interpelação judicial prévia.
 - (D) opera de pleno direito, independentemente de interpelação judicial.
 - (E) opera de pleno direito, mas depende de interpelação judicial posterior.
-

Direito Processual Civil

53. De acordo com o Código de Processo Civil, a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. Essa mesma regra também se aplica à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se:
- (A) a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia; e o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal, mesmo quando o julgamento do mérito não depender dessa resolução ou que existam restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.
 - (B) dessa resolução independer o julgamento do mérito; a seu respeito tiver havido oportunidade de contraditório prévio, inclusive no caso de revelia; o juízo tiver competência em razão da matéria para resolvê-la como questão principal, ainda que não tenha competência em razão da pessoa; e inexistirem restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.
 - (C) dessa resolução depender o julgamento do mérito; a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia; o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal; e inexistirem restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.
 - (D) a seu respeito tiver havido oportunidade de contraditório, inclusive no caso de revelia; e o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal, mesmo quando o julgamento do mérito não depender dessa resolução, desde que inexistam restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.
 - (E) dessa resolução depender o julgamento do mérito; a seu respeito tiver havido oportunidade de contraditório, inclusive no caso de revelia; e o juízo tiver competência territorial para resolvê-la, mesmo que existam restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.
-
54. De acordo com o Código de Processo Civil, as citações, intimações e penhoras
- (A) poderão ser realizadas nos feriados independentemente de autorização judicial somente quando absolutamente indispensáveis para evitar dano irreparável ou de difícil reparação.
 - (B) poderão ser realizadas nos feriados independentemente de autorização judicial.
 - (C) não poderão ser realizadas nos feriados.
 - (D) poderão ser realizadas nos feriados somente se houver prévia autorização judicial.
 - (E) poderão ser realizadas nos feriados desde que haja autorização judicial, que poderá ser concedida mesmo depois de praticado o ato.
-
55. De acordo com o Código de Processo Civil, é requisito da citação por edital a advertência de que, em caso de revelia,
- (A) o juiz determinará a suspensão do processo, por prazo que variará entre 20 e 60 dias.
 - (B) será nomeado curador especial.
 - (C) o réu não poderá arguir a nulidade da citação.
 - (D) serão presumidas verdadeiras as alegações de fato deduzidas pelo autor na petição inicial.
 - (E) o pedido será acolhido, condenando-se o réu nos ônus da sucumbência.
-

-
56. Ao verificar que a petição inicial não preenchia os requisitos legais, o juiz proferiu decisão determinando ao autor que promovesse a sua emenda no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento. Dessa decisão, o autor foi intimado somente pela imprensa, na pessoa do seu advogado, mas não promoveu a emenda no prazo determinado pelo juiz. Em razão disso, o juiz indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo, mesmo sem determinar a intimação pessoal do autor para correção do vício da petição inicial. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o juiz agiu
- (A) incorretamente, porque o prazo legal para que o autor apresente emenda à petição inicial é de 15 dias, embora seja desnecessária a sua intimação pessoal para o ato, bastando que ela seja feita na pessoa do seu advogado.
 - (B) corretamente, porque, não sendo corrigido o vício da petição inicial no prazo de 05 dias, impunha-se o seu indeferimento, independentemente de intimação pessoal do autor para promover a emenda.
 - (C) incorretamente, porque o prazo para emenda da petição inicial não poderá ser fixado em menos de 10 dias; além disso, decorrido o prazo sem a correção dos vícios da petição inicial, caberia ao juiz ter concedido ao autor uma nova oportunidade de promover a emenda antes de extinguir o processo.
 - (D) incorretamente, porque a petição inicial não poderia ter sido indeferida sem que antes o autor tivesse sido pessoalmente intimado a promover a emenda, sendo insuficiente para tanto a mera intimação na pessoa do seu advogado; no entanto, o prazo estipulado pelo juiz para realização a emenda está correto, já que a lei determina que ele poderá ser fixado entre 05 e 15 dias.
 - (E) incorretamente, porque o prazo legal para que o autor apresente emenda à petição inicial é de 15 dias; além disso, a petição inicial não poderia ter sido indeferida sem que antes o autor fosse pessoalmente intimado a promover a emenda, sendo insuficiente para tanto a mera intimação na pessoa do seu advogado.

**Direito Previdenciário**

57. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sustenta-se sob as seguintes diretrizes constitucionais:
- (A) Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de 70 anos, na forma estabelecida em lei.
 - (B) É assegurado o reajuste anual dos benefícios para preservar-lhes o valor real segundo o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.
 - (C) É assegurada aposentadoria no RGPS, nos termos da lei, observados a idade mínima e o tempo de contribuição fixados em lei complementar.
 - (D) O tempo de serviço militar exercido nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios, bem como nas Forças Armadas, e o tempo de contribuição ao RGPS ou a RPPS terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.
 - (E) É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca, ressalvado o tempo de atividade rural.
-
58. Sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), compete
- (A) à União a emissão do CRP, para os fins de concessão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais aos regimes próprios de previdência social.
 - (B) aos Estados e Distrito Federal a emissão do CRP, para os fins de concessão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras estaduais ou distrital a regimes próprios de previdência municipal.
 - (C) ao INSS a emissão do CRP, na hipótese em que o RGPS alcança o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (D) ao INSS a emissão do CRP, que atestará, para os fins legais, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários.
 - (E) à União a emissão do CRP, que atestará, para os fins legais, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários.

59. Com relação aos preceitos constitucionais pertinentes à saúde,

- (A) caberá à lei de cada ente federado a fixação de pisos salariais para os profissionais da área da saúde, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.
- (B) as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo uma das diretrizes do sistema único de saúde a centralização, sob direção da União e assistência complementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social de todos os entes federados, inclusive por contribuições sociais incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.
- (D) é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- (E) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, facultando-se a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

60. João e Maria, que contam 70 e 65 anos de idade, respectivamente, vivem sob o mesmo teto com os filhos Antônio e Vitória, ambos solteiros e sem renda. Francisco, neto de João, também mora na mesma casa e possui renda de um salário-mínimo. Outra fonte de renda familiar são os proventos de aposentadoria de João, no valor de um salário-mínimo. Com dificuldades financeiras, Maria requereu a concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC), alegando não possuir meios de manter o próprio sustento. Considerando esse cenário e à luz do ordenamento vigente, Maria

- (A) faz jus ao BPC, pois a renda mensal per capita da família é igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.
- (B) não faz jus ao BPC, pois a renda de Francisco, somada à de João, ultrapassa o limite da renda mensal per capita da família, de 1/4 do salário-mínimo.
- (C) faz jus ao BPC, pois os proventos de João não ultrapassam um salário-mínimo.
- (D) não faz jus ao BPC, pois João, seu marido, recebe aposentadoria pelo INSS.
- (E) não faz jus ao BPC, pois a renda mensal per capita da família não é inferior a 1/4 do salário-mínimo.



PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 11: item 11.2 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.15 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso. 11.16 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

A empresa Constelação Ltda. ajuizou Ação Rescisória em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região em reclamação trabalhista ajuizada pela ex-empregada Ana Isabel, sem juntar, entre os documentos anexados, certidão de trânsito em julgado. Regularmente citada, Ana Isabel não ingressou no feito e não apresentou defesa, porque pretendia já dar início ao cumprimento da sentença na reclamação trabalhista. A empresa Constelação requereu na ação rescisória a aplicação da pena de revelia e confissão a Ana Isabel. Com base na lei e no entendimento Sumulado do TST, analise as situações processuais até então ocorridas na ação rescisória, bem como a pretensão de Ana Isabel em relação ao cumprimento da sentença, respondendo de forma fundamentada.

01	
02	
03	
04	